A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NOS FILMES E PUBLICIDADE: AGUÇANDO O OLHAR

TAIS DO NASCIMENTO CIRELLO

RESUMO
O presente artigo analisa a importância da valorização da história, da cultura e da arte dos povos indígenas no contexto educacional, destacando o papel do cinema, da publicidade e do Currículo da Cidade de São Paulo na promoção da diversidade cultural e no combate aos estereótipos. O estudo também enfatiza a necessidade da efetiva implementação da Lei nº 11.645/2008 e da utilização de materiais pedagógicos que promovam representações respeitosas dos povos originários. O estudo adota uma abordagem bibliográfica e documental, fundamentada na legislação educacional, em documentos curriculares e em estudos sobre a temática indígena, além da análise de produções cinematográficas e publicitárias. A pesquisa evidencia que as representações estereotipadas dos povos indígenas ainda influenciam o imaginário social e reforçam a necessidade de práticas pedagógicas críticas e da efetiva implementação da Lei nº 11.645/2008. Conclui que a escola desempenha papel fundamental na valorização das culturas indígenas e na formação de estudantes conscientes da diversidade que constitui a identidade nacional. Defende que a inclusão de conteúdos relacionados aos povos indígenas deve ultrapassar o cumprimento da legislação e transformar-se em prática pedagógica permanente, capaz de combater preconceitos, desconstruir estereótipos e fortalecer o respeito às diferenças culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Povos indígenas; Educação intercultural; Diversidade cultural; Representações indígenas.

ABSTRACT
This article analyzes the importance of valuing Indigenous history, culture, and art in education, emphasizing the role of cinema, advertising, and the São Paulo City Curriculum in promoting cultural diversity and combating stereotypes and racism. The study employs a bibliographic and documentary approach based on educational legislation, curriculum documents, and studies on Indigenous issues, as well as analyses of films and advertisements. The findings show that stereotypical representations still influence social perceptions and highlight the need for critical pedagogical practices and the effective implementation of Law No. 11,645/2008. The study concludes that schools play a fundamental role in fostering respect, inclusion, and cultural diversity.
KEY-WORDS: Indigenous Peoples; Intercultural Education; Cultural Diversity; Indigenous Representation.

INTRODUÇÃO

O curso se justifica pela necessidade de ampliar as reflexões acerca das histórias, culturas e contribuições dos povos indígenas para a constituição da sociedade brasileira, promovendo o aprimoramento das práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades educacionais. Além disso, busca estimular o trabalho docente a partir de uma perspectiva crítica e antirracista, contribuindo para o reconhecimento, valorização e respeito à diversidade étnico-cultural presente no Brasil. Essa proposta está em consonância com os princípios do Currículo da Cidade de São Paulo, que defende uma educação comprometida com os direitos humanos, a equidade e o enfrentamento das diferentes formas de discriminação e preconceito ainda existentes na sociedade.

O curso "Povos Indígenas e suas Representações em Filmes e Publicidade: Aguçando o Olhar" propõe uma análise crítica das representações construídas sobre os povos indígenas nos meios audiovisuais, especialmente no cinema e na publicidade. A formação pretende instrumentalizar os(as) docentes para a seleção criteriosa de materiais audiovisuais que abordem a temática indígena, favorecendo práticas pedagógicas pautadas na valorização da diversidade e na desconstrução de estereótipos historicamente consolidados. Embora a cultura brasileira seja resultado da contribuição de diferentes povos e etnias, constituindo-se como uma rica diversidade cultural, ainda predominam discursos e imagens que invisibilizam ou sim-

plificam a pluralidade dos mais de trezentos povos indígenas existentes no país, reduzindo-os a uma identidade homogênea e distante da realidade contemporânea.

Ao longo da história do cinema brasileiro, os povos indígenas foram frequentemente retratados de maneira estereotipada, ocupando papéis que reforçavam preconceitos e visões coloniais. Em muitas produções, aparecem como bárbaros, selvagens, ingênuos ou incapazes de participar da sociedade contemporânea. As mulheres indígenas, por sua vez, foram frequentemente representadas de forma erotizada e exotificada, desvinculadas de seus contextos culturais e sociais. Os cinejornais e diversas produções cinematográficas do século XX também contribuíram para consolidar a ideia de que as ações do Estado, dos militares e dos missionários religiosos eram processos civilizatórios necessários, ocultando as diversas formas de violência, expropriação territorial, apagamento cultural e imposição religiosa sofridas por esses povos. Compreender o contexto histórico em que essas obras foram produzidas e os interesses de seus realizadores é fundamental para desenvolver uma leitura crítica desses materiais e evitar sua reprodução acrítica em contextos educativos.

Nesse sentido, destaca-se como um importante diferencial da Rede Municipal de Ensino de São Paulo a elaboração do Currículo da Cidade – Povos Indígenas: Orientações Pedagógicas, construída com a colaboração de importantes intelectuais indígenas, entre eles Cristino Wapichana e Daniel Munduruku. A participação desses autores fortalece a perspectiva de um currículo elaborado também a partir das vozes indígenas, rompendo com a lógica histórica em que os povos originários eram apenas objetos de estudo e não sujeitos produtores de conhecimento. O documento apresenta reflexões fundamentais para o trabalho pedagógico, propondo questionamentos como: o que realmente sabemos sobre os povos indígenas brasileiros? Quais conhecimentos ainda precisamos construir para não reproduzirmos estereótipos, preconceitos e estigmas? Como educar crianças e jovens para compreenderem a riqueza das diferentes culturas indígenas existentes no Brasil? É possível compreender a identidade brasileira desconsiderando os povos originários e suas contribuições históricas, culturais, linguísticas, ambientais e sociais?

Também se torna essencial contextualizar historicamente as produções artísticas e audiovisuais, considerando que toda manifestação cultural é resultado das disputas políticas, sociais e ideológicas de seu tempo. Filmes, propagandas, ilustrações e demais produções visuais não são neutros; ao contrário, expressam concepções de mundo, relações de poder e interesses específicos. Dessa forma, compreender os contextos históricos de produção dessas obras permite aos educadores desenvolver práticas pedagógicas que favoreçam a leitura crítica das imagens e das narrativas, contribuindo para que estudantes reconheçam e questionem representações discriminatórias ou reducionistas sobre os povos indígenas.

A proposta do curso também se fundamenta na necessidade de fortalecer a implementação da Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em toda a Educação Básica. Mais do que atender a uma exigência legal, trata-se de consolidar uma educação comprometida com a justiça social, a valorização da diversidade cultural e o combate ao racismo estrutural. Da mesma forma, contribui para dar continuidade ao processo de implementação do Currículo da Cidade – Povos Indígenas: Orientações Pedagógicas, oferecendo aos docentes subsídios teóricos e metodológicos que qualifiquem suas práticas e ampliem suas possibilidades de seleção e utilização de materiais audiovisuais que representem os povos indígenas de forma ética, respeitosa e historicamente contextualizada.

Nas últimas décadas, especialmente após a Constituição Federal de 1988, importantes avanços ocorreram no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, entre eles a garantia da proteção às suas terras, culturas, línguas, organizações sociais e modos de vida. Muitos territórios indígenas, especialmente na Amazônia, passaram por processos de demarcação durante a década de 1990, assegurando parcialmente direitos historicamente negados. A Constituição rompeu, ao menos no plano jurídico, com a

antiga política integracionista, que buscava assimilar os povos indígenas à sociedade dominante, desconsiderando suas identidades culturais e comprometendo sua existência enquanto povos distintos. Apesar desses avanços legais, os desafios permanecem, sobretudo diante das constantes ameaças aos territórios indígenas e aos seus direitos coletivos.

Historicamente, a construção da imagem do indígena também esteve presente na literatura brasileira. Durante o Romantismo do século XIX, o movimento indianista transformou o indígena em símbolo da nacionalidade brasileira, apresentando-o como herói idealizado e ancestral comum do povo brasileiro. Entretanto, essa representação literária pouco dialogava com a realidade vivida pelos povos indígenas, criando uma imagem romantizada que contribuiu para invisibilizar sua diversidade cultural e suas lutas contemporâneas. Esse processo de idealização também influenciou outras manifestações artísticas, como o cinema e as artes visuais, reforçando representações que ainda hoje precisam ser problematizadas no contexto escolar.

Outro aspecto relevante para a compreensão da temática refere-se à relação entre os povos indígenas, seus territórios e a preservação dos conhecimentos tradicionais. Ao longo dos anos, a biopirataria deixou de representar apenas o contrabando de espécies da fauna e da flora brasileiras, passando a envolver também a apropriação indevida dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Muitas empresas e instituições realizam pesquisas utilizando plantas, sementes, frutos, animais e outros recursos naturais presentes em territórios indígenas sem o devido consentimento das comunidades ou do Estado brasileiro, registrando patentes e obtendo lucros por meio da exploração econômica desses conhecimentos. Essa prática desrespeita direitos coletivos e evidencia a importância de discutir, no âmbito educacional, a valorização dos saberes indígenas, sua contribuição para a preservação ambiental e a necessidade de garantir mecanismos de proteção aos conhecimentos ancestrais desses povos.

DESENVOLVIMENTO

O filme é uma importante ferramenta que pode auxiliar no cotidiano escolar, tanto aos estudantes quanto dos professores. Alguns exemplos muito conhecidos relacionados com a nossa cultura são o caso da Seringueira, quando um pesquisador inglês levou escondido consigo sementes da árvore para uma nova plantação na Malásia, nas colônias britânicas; após décadas de cultivo, a Malásia se tornou o principal exportador do látex, arruinando a economia da Amazônia. E a quinina, uma planta usada pelo povo indígena para o tratamento de febre, e hoje é usada como tratamento da malária. Um pesquisador, também inglês, contrabandeou a planta para a Indonésia e no século 19 cerca de 94% de toda a quinina no mundo vinha deste país.

A implementação da lei 11645/2008 que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio tanto em escolas públicas como privadas, vem com o intuito de mostrar a importância que esses povos tiveram na formação do nosso país, resgatando e valorizando suas contribuições nas áreas social, econômica e política na constituição do Brasil. Historicamente, o modo como os povos indígenas são representados, nos meios de comunicação em geral, aponta para um repertório de imagens estereotipadas, que tendem a reduzir e simplificar as crenças e os modos de vida desses povos. Essas imagens são desenvolvidas a partir de uma perspectiva eurocêntrica, que tem como referência a cultura e as crenças do ocidente, atribuindo à esta "um sentido quase providencial de destino histórico.

Dentre os estudos abordados no ensino básico, inseridos na vida dos discentes, é possível afirmar que todas tem grande peso e valia no crescimento intelectual dos alunos, mas nesse estudo o foco vai para a matéria "história". Essa matéria tema responsabilidade de contar aos alunos aquilo que eles não presenciaram, mas que norteou a vida para que estejam vivendo o atual cenário. lei brasileira reconhece o direito dos povos indígenas viverem para sempre como índios, mas a prática tem demonstrado que a falta de uma eficiente política indigenista pelo Estado acaba por provocar a continuidade perversa de seu aniquilamento físico e cultural,

e hoje, apesar de uma legislação que lhes dá visibilidade, continuam reduzidos, acuados e intimidados.

Sabe-se que no estudo dessa matéria no ensino básico muito se ouve sobre o descobrimento do Brasil, colônia, índios, colonização e outros assuntos interessantes, entretanto não havia uma abordagem direta e assertiva sobre cultura afro-brasileira e sobre tempos de escravidão, racismo, preconceito e etc. Essa realidade já não mais existe, mas foi presente no desenvolvimento de muitos alunos por anos e anos, sem abordar detalhes importantes para compreensão e história de seu povo. Isso se dá pela necessidade e obrigatoriedade de elucidar o aluno sobre suas origens, identidade, valores, crenças permitindo o acesso à história, sempre buscando respeitar a diversidade, que cada história traz consigo valorizando, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas as social, econômica e políticas pertinentes à Histórica do Brasil.

A cultura indígena abarca a produção material e imaterial de inúmeros e distintos povos em todo o Brasil. É importante destacar que não há uma cultura indígena, mas várias, e cada povo desenvolveu suas próprias tradições religiosas, musicais, de festas, artesanatos, dentre outras.

São Paulo é pioneira em pensar políticas educacionais para as populações migrantes, indígenas e afro-brasileiras. O Currículo da Cidade – Povos Indígenas: Orientações Pedagógicas foi elaborado em 2019 seguindo o ritmo da oralidade e contando histórias tradicionais. Ele está em sintonia com os avanços do debate pedagógico em torno da Lei N° 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e das Leis N° 10.639/2003 e 11.645/2008 (que tornaram obrigatório o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos ensinos fundamental e médio nas escolas públicas e particulares brasileiras). A imagem povos indígenas na mídia é carregada, ainda, de olhar etnocêntrico, marcada pela desvalorização e apresentada de forma distorcida, contribuindo para o fortalecimento dos preconceitos contra os povos originários. A publicidade se apresenta como um dos espaços de grande influência no imaginário coletivo nacional.

Dessa forma, impõe um conjunto de pontos de vista, amplificando ou simplificando o real de modo a criar uma visão de mundo que possa ser facilmente compreendida pelos espaços educativos e estes parâmetros não estão caracterizados para formação de professores. Mesmo com algum avanço na demarcação das terras, muitos povos não vêm tendo os seus direitos coletivos respeitados. Alguns povos expandiram suas aldeias na margem do rio Solimões, o que acabou gerando uma urbanização irregular, e enfrentam grandes problemas, com alta concentração demográfica, mas sem infraestrutura como saneamento, água e outros serviços básicos. O impulso pela democratização e afirmação dos direitos humanos na sociedade brasileira atinge fortemente muitas das nossas instituições estatais, atreladas a projetos de estado.

A nação comprometida com a anulação das diferenças culturais de grupos subordinados. Neste contexto, as diferenças culturais dos povos indígenas, dos afrodescendentes e de outros povos portadores de identidades específicas foram sistematicamente negadas, compreendidas pelo crivo da inferioridade e, desse modo, fadadas à assimilação pela matriz dominante. Com o advento da garantia dos direitos coletivos na Constituição Federal, houve maior reconhecimento dos direitos territoriais dos indígenas pelos tribunais especialmente na Amazônia, mas apesar de certo progresso em serem reconhecidos como povos indígenas dotados de direitos territoriais, ambientais, econômicos, sociais e culturais, com significativo papel socioambiental, a demarcação de um determinado território ainda que fora da fronteira agrícola é de difícil reconhecimento.

Dotados de conhecimentos e domínio de técnicas capazes de reconhecer qualidades medicinais em plantas e animais, percebe-se, nesta nova era de direitos intangíveis, a importância de maior proteção legislativa dos direitos coletivos desses povos, que representam uma preciosa forma de equilíbrio ambiental e inesgotável fonte de novos conhecimentos acerca da biodiversidade. Enquanto a BNCC preliminar propunha ampliar o conhecimento das culturas indígenas, na BNCC revisada percebemos um

recuo nesta proposta. A ênfase recai sobre os direitos adquiridos pelos povos indígenas na contemporaneidade em detrimento do passado indígena, essencial na composição cultural brasileira.

As influências indígenas deixaram sua marca em especial na música brasileira, na culinária, nas festas populares, no artesanato e na língua, mesmo com a diminuição gradativa e preocupante de sua população desde a chegada dos europeus em 1.500. Segundo dados do Censo 2010 e da FUNAI, vivem atualmente no Brasil cerca de 817 mil índios, o correspondente a 0,4% da população brasileira, e estão distribuídos entre 688 terras indígenas e algumas áreas urbanas. Afinal, os povos indígenas estão tão perto de nós que inclusive sofrem os efeitos nocivos das cidades, e hoje muitos índios de aldeias alcançadas por braços de rios em regiões remotas da floresta Amazônica estão sendo contaminados pelo Covid-19 e, sem defesas ou assistência imediata para resistir, muitos estão vindo a óbito. Essa semana foi noticiada a morte, em aldeia no Maranhão, de duas índias anciãs em função do vírus, e um dos membros da aldeia explicou a irreparável perda de duas mulheres que também detinham profundo conhecimento acerca das plantas e suas serventias. A perda, sem dúvida é irreparável, não só pelas vidas em si mesmas, mas também porque os conhecimentos adquiridos representavam uma verdadeira biblioteca da biodiversidade, cujo valor para as futuras gerações parece não estar sendo bem dimensionado no Brasil.

A Presença Indígena na Formação do Brasil, de João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire, não se propõe a ser um manual didático para se estudar a história do Brasil, muito menos a dos diversos Brasis Indígenas. Trata-se, isto sim, de apresentar novas chaves de leitura que permitam desfazer o conjunto de lugares-comuns que continua a ser inculcado pelo sistema de educação em nosso país, e que contribui quer para destituir de contemporaneidade as populações nativas das Américas que o habitam, quer para negar-lhes o reconhecimento dos direitos condizentes com a autoctonia. Pode-se mesmo dizer que a invisibilidade desses povos continua, quando se adia o reconhecimento de suas línguas, etnias, crenças e o direito a seus territórios de forma perene onde possam manter seus usos, costumes e tradições rompendo definitivamente com o paradigma de assimilação, inclusão ou provisoriedade da situação de indígena, ideário do século XIX e não assimilado pela Constituição de 1988.

A inserção do conteúdo histórico da nova necessidade do ensino básico tem como diretriz o estudo da história dos quilombos, história da África, entre outros temas que podem ser discutidos aqui. Diversos autores tem analisado essa inserção e Bernard (2005) fala sobre a importância de uma direção que induza a criação de projetos focados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, empenhados com a educação racial positiva. Moreira (2000) e Silva (1999) já demonstravam preocupação com essas questões e analisavam o currículo escolar, observando a fragilidade em construir uma manutenção na desigualdade social.

A liberdade das escolas de ensino básico para construir os projetos pedagógicos, no cumprimento do exigido no artigo de Lei citado acima é fator crucial nesse processo. Essa autonomia permite que se valham da colaboração das comunidades a que a escola serve, de atividades que incluam entretenimento, do Movimento Negro, grupos de pessoas que queiram compartilhar suas histórias e experiências, de grupos de capoeira ou congada, entre tantas outras formas de cumprir a Lei e compartilhar a história sem necessariamente uma especialização. Mas com professores e pessoas que tenham sensibilidade, que respeite o outro como ser humano, independente da sua classe, raça, cor, ou algo que determine em que posição a criança ou adolescente se enquadra. Hoje os povos indígenas se encontram ameaçados em seus territórios por falta de demarcação e criação de áreas de proteção, e estão tolhidos cultural e economicamente pela expansão da fronteira agrícola em terras devolutas e toda sorte de exploração predatória do solo e subsolo sobre áreas tradicionalmente ocupadas, o que inviabiliza a continuidade de sua cultura e modo de vida. Resta aos povos indígenas não apenas exigir a efetivação dos direitos legislados, mas, também, esperar que haja um reconhecimento concreto pela sociedade de que esses povos formam

o socio ambientalismo que caracteriza a nação brasileira, registro de nossa pluralidade e diversidade cultural e fonte de inúmeros conhecimentos que nos remete à nossa própria origem e sem os quais não poderemos contar a nossa história ou quiçá dar-lhe continuidade.

No Brasil, esta cultura se manifesta principalmente através da cerâmica, das máscaras e das pinturas corporais, embora também seja visível através da tecelagem, da música, da dança e da própria mitologia. São vários os desenhos e símbolos usados por cada etnia, assim como os tipos de arte praticados.

Entre os povos indígenas, a criação artística está em toda a parte: na pintura corporal, na construção das casas, nas performances musicais, nos objetos usados para comer e guardar coisas. Não existe separação entre a arte e as outras esferas da vida, como é no mundo não indígena. Ela está em todos os lugares.

A cultura indígena possui importância fundamental na construção da identidade nacional brasileira. Ela está presente em elementos da dança, festas populares, culinária e, principalmente, na língua portuguesa falada no Brasil, que é fruto do processo de aculturação entre povos indígenas, negros e europeus.

Dessa forma o cinema, que desde seu surgimento em 1910 aborda temáticas indígenas, vem contribuído para tal representação. Stam (2008) apresenta uma sistematização dessa reconfiguração de como os povos indígenas foram representados em cada período do cinema brasileiro. Assim, segundo o autor temos, durante o cinema mudo, o indígena idealizado do romanismo. Na década de 1920, o indígena objetificado dos documentários positivistas. Na década de 1950, o indígena é apresentado de forma cômica. Até então, temos filmes que expressavam uma visão mais alinhada ao eurocentrismo colonialista. As linguagens artísticas utilizadas pelos indígenas são: pintura corporal, cerâmica, uso de máscaras, uso de plumas e confecção de cestas e utensílios. Arte é uma atividade humana que se relaciona às manifestações estéticas, realizadas por artistas ao usar suas emoções, ideias e percepções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte indígena, através de diferentes caminhos, olhares e diálogos, proporcionam experiências significativas e oportunidades para que a criança se aproprie crítica e construtivamente do mundo que a rodeia

Quando o aluno desenvolve atividades que o aproxime da diversidade cultural, ele compreende que faz parte de um "quebra-cabeça" gigante que só se completa quando todos compreendem a valorização de cada um na história, sendo que uma "peça" fora deixa um vazio e não permite que a imagem seja construída, para isso é imprescindível que o docente inclua os discentes nesse tipo de ação para possibilitar ao aluno compreender-se enquanto sujeito ativo, com capacidade de transformar o seu cotidiano. Trazendo a cultura para o cenário escolar básico, a escola precisa desenvolver meios que as culturas sejam inseridas de modo que todos possam compreendê-la e de alguma maneira identificar qual o peso dela na sua "vida cotidiana". Mas na pratica a questão cultural tem aumentado a discussão sobre o tema devido à separação que tem se espalhado entre valorização e avaliação, com isso, as escolas tem recuado no momento de realizar manifestações culturais dentro da mesma. A Educação Escolar Indígena é assegurada na Constitulção Federal Brasileira de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que assegura às comunidades indígenas o direito à educação diferenciada, específica e bilíngue. Outro documento importante é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.051/2004, bem como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas de 2007.

As diretrizes curriculares defendem que a escola desempenha um papel fundamental na desconstrução da associação histórica entre a população afrodescendente e a escravidão. É responsabilidade da educação promover uma compreensão mais ampla da história e da cultura afro-brasileira, evidenciando que a trajetória desses povos vai muito além do período escravista e inclui importantes contribuições sociais, culturais,

econômicas, científicas e políticas para a formação da sociedade brasileira. Nesse contexto, a escola deve enfrentar o racismo e os estereótipos ainda presentes no ambiente escolar, combatendo discursos e práticas que atribuem características negativas ou inferiorizantes a determinados grupos sociais e promovendo uma educação pautada no respeito à diversidade, na equidade e na valorização das diferentes identidades étnico-raciais.

As produções indígenas mais comuns à maioria das etnias brasileiras são: cerâmica, pintura corporal, máscaras, cestaria e arte plumária. Objetos decorativos e utilitários, adornos, acessórios, armas e instrumentos musicais também fazem parte da arte produzida pelos povos indígenas.

O Currículo da Cidade foi organizado em três Ciclos (Alfabetização, Interdisciplinar e Autoral) e apresenta uma Matriz de Saberes, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os Eixos Estruturantes, os Objetos de Conhecimento e os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento de cada Componente Curricular.

No que se refere à educação escolar indígena, o currículo deve ser compreendido como um instrumento que reconhece e valoriza a diversidade cultural, linguística e histórica dos povos originários, garantindo o respeito às suas identidades e modos de vida. Em muitos contextos, o currículo tem sido associado à flexibilização ou à adaptação curricular, especialmente para atender estudantes com necessidades educacionais específicas ou para contemplar perspectivas multiculturais. Entretanto, sua função vai além da simples adaptação de conteúdos, pois consiste em assegurar que todos os estudantes tenham acesso ao conhecimento de forma significativa, respeitando suas características, saberes e experiências. Dessa forma, um currículo comprometido com a diversidade torna-se mais acessível, inclusivo e capaz de promover a valorização das diferentes culturas que constituem a sociedade brasileira, entre elas as culturas indígenas, contribuindo para a superação de preconceitos e para a formação de cidadãos críticos e conscientes da pluralidade cultural do país.

Diante disso, considerando a população negra no Brasil como um exemplo alguns estereótipos são intitulados a eles sendo parte da cultura afro-brasileira, como o fato de serem considerado incapaz, preguiçoso e com habilidades apenas para trabalhos braçais. Felizmente não é esse o cenário que observamos atualmente, apesar de ainda existir essa situação há um contraste sobre ele de modo que tem sim negros cultos, com profissões valorizadas socialmente, sabe aonde quer chegar e não precisa ser somente através do trabalho braçal. A Educação Escolar indígena é uma modalidade da educação básica que garante aos indígenas, suas comunidades e povos a recuperação de suas memórias históricas, reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências, bem como o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias.

REFERÊNCIAS

BARROS, F. L. de S. Desafios e possibilidades do ensino da cultura afro-brasileira no espaço escolar: o uso da pasta de texto. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Pedagogia. Departamento de Educação, Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador-BA,2010.

BERNARD, François. "Por uma redefinição do conceito de diversidade cultural". In: Brant, Leonardo. Diversidade Cultural. São Paulo: Escrituras Editora, 2005.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Artes. Secretaria de Educação Fundamental. 2. Ed. RJ: DP&A, 2000.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2017.

JORDÃO, Clarissa Menezes. A língua estrangeira e a formação do indivíduo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação – Departamento de Ensino Fundamental. Diretrizes

Curriculares Estaduais – Língua Estrangeira Moderna (versão preliminar). Curitiba: SEED/PR, 2005.

LANGHINOTTI, Dulce Mara. Reflexão História Sobre a Educação Escolar em terras Indígenas e as Políticas Públicas de Formação de Docentes Kaingang e Guarani no Estado do Paraná. In: XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE, 2013, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Anais, Curitiba: Champagnat, 2013.

SILVA, Márcio Ferreira da; AZEVEDO, Marta Maria. Pensando as Escolas dos Povos Indígenas no Brasil: o movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (orgs). A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1° e 2° graus. São Paulo: Global; Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 2000.

PARANÁ. Resolução N°. 2075, de 23 de maio de 2008. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Escolas Indígenas no Sistema de Ensino do Estado do Paraná, 2008.

REZENDE, Justino Sarmento. Escola Indígena Municipal tãpinopona - Tuyuka e a Construção da Identidade Tuyuka. 17 de fevereiro de 2007. 371 p. Dissertação – Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, MS – 2007.